



*Constrangedor: pela primeira vez, um presidente do Senado vai responder ao Conselho de Ética*

# 29 Uma situação sem precedentes

ANTÔNIA MÁRCIA VALE  
Agência JB

BRASÍLIA— A abertura de uma investigação contra o senador Jader Barbalho pelo Conselho de Ética pode abrir uma crise institucional sem precedentes no Senado Federal. O grande problema a ser resolvido é: Jader continua na presidência da Casa durante a investigação? Não existe resposta pronta para esta pergunta. Entre senadores e consultores do parlamento o debate já começou.

Um consultor legislativo do senado, acostumado a dirimir dúvidas, fica assustado diante da pergunta e, sem titubear responde: “Nnunca pensei sobre isso, nunca houve precedente”. O senador Antero Paes de Bar-

ros(PSDB-MT), integrante do Conselho, pensa muito antes de responder e diz - Acho que enquanto não ficar provado nada ele pode continuar, mas se houver uma decisão do Conselho indicando sua implicação ele deve licenciar-se do cargo”.

**Hora certa** – Antero acredita que esse é momento mais adequado para a saída porque, quando o Conselho decide pela punição de um parlamentar a permissão para a continuidade do processo cabe à mesa diretora, conduzida pelo presidente. Apenas na decisão do plenário é que o regimento prevê que Jader deve se afastar, por ser parte envolvida.

As respostas às dúvidas sobre a atuação e o comportamento de senadores estão no Regimento Interno e na Resolução número

20, que criou o Conselho de Ética. Acontece que esses dois códigos simplesmente nem tratam da hipótese de o presidente cometer algum deslize que possa ferir o decoro parlamentar. Partem do princípio de que guardiões da constituição, e o principal responsável pelo cumprimento do regimento da instituição não infringiria suas regras.

O problema é maior ainda porque, de acordo com o regimento, cabe a Jader Barbalho, investido de todo seu poder presidencial, decidir sobre os casos omissos no código interno do parlamento. Sendo assim, afastar-se ou não do cargo durante as investigações será, em último caso uma decisão de foro íntimo do senador, guiada por seu código de ética pessoal.